

PROTOCOLOS/ACORDOS/PARCEIRIAS

21. RATIFICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO COM A MEO-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES DE MULTIMÉDIA, S.A.

Submete-se para **ratificação** do Executivo Municipal, o protocolo celebrado com a **Meo-Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (designada por ALTICE PORTUGAL)**, que visa o estabelecimento de uma relação de cooperação entre as partes tendo em vista a expansão da rede de fibra ótica e de reforço de cobertura de rede móvel no Concelho de Braga e de utilização recíproca das condutas, pertencentes a cada uma delas, e que se encontrem instaladas naquele Concelho (nº 1, alínea a) do art.º 23º e nº 3 do art.º 35º da Lei 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual.

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere a sua disponibilidade para realizar o mesmo tipo de parcerias com outras entidades, sempre que a capacidade e especificidade das condutas municipais não seja posta em causa.

PROPOSTA

Considerando que, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os municípios dispõem de atribuições nos domínios do equipamento rural e urbano, da energia e dos transportes e comunicações;

Considerando que é da competência das câmaras municipais, nos termos do artigo 33.º do mesmo Regime Jurídico das Autarquias Locais: - “Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal”;

PROPONHO que a Câmara Municipal delibere ratificar a celebração do protocolo de colaboração, que se anexa, com a Meo -Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A com vista à cooperação entre os Outorgantes na partilha de infraestruturas de modo a minimizar intervenções físicas nas vias e no espaço municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º n.º 3, da mesma Lei n.º 75/2013;

Mais PROPONHO que a Câmara Municipal delibere a sua disponibilidade para realizar o mesmo tipo de parcerias com outras entidades, sempre que a capacidade e especificidade das condutas municipais não seja posta em causa.

Braga, 8 de novembro 2022

O PRESIDENTE DA CÂMARA,



(Dr. Ricardo Rio)

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

ENTRE O

MUNICÍPIO DE BRAGA

E A

ALTICE PORTUGAL

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE BRAGA com o NIPC 506 901 173, com sede na com sede na Praça do Município da cidade de Braga, neste ato representado pelo seu Presidente RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, a seguir designado por MUNICÍPIO, e

SEGUNDO OUTORGANTE: MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A., com sede na Avenida Fontes Pereira de Melo, 40, 1069-300 Lisboa, NIPC 504 615 947, neste ato representada por com poderes para o ato, a seguir designada por “ALTICE PORTUGAL”.

CONSIDERANDO QUE:

- A. Para o MUNICÍPIO de BRAGA o investimento em redes de comunicação de nova geração e a oferta de serviços baseados em redes de banda larga são cruciais para o desenvolvimento da economia local e para o aumento da competitividade do território;
- B. A ALTICE PORTUGAL pretende investir na expansão da rede de fibra ótica e no reforço da cobertura de rede móvel no Concelho de Braga por forma a aumentar a área de cobertura neste território;
- C. A ALTICE PORTUGAL é proprietária de uma rede de condutas instalada no Concelho de Braga com cerca de 553.903,9 m;
- D. As referidas condutas encontram-se, por imperativo legal e regulatório, integradas na ORAC (Oferta de Referência de Acesso a Condutas, regulada pela ANACOM, que abrange as condutas

de que a ALTICE PORTUGAL é proprietária ou que se encontram sob a sua gestão, e a cujo cumprimento a ALTICE PORTUGAL se encontra vinculada);

- E. Nos termos da ORAC, a ALTICE PORTUGAL apenas faculta acesso a condutas, a outros operadores de comunicações eletrónicas;
- F. As Partes entendem que o interesse público subjacente aos projetos de interligação em fibra ótica dos edifícios municipais justifica plenamente, ainda que com caráter excecional, que o MUNICÍPIO possa utilizar a rede de condutas da ALTICE PORTUGAL;
- G. As Partes reconhecem que essa utilização da rede de condutas da ALTICE PORTUGAL por parte do Município não deverá ser feita de molde a pôr em causa o cumprimento escrupuloso da ORAC pela ALTICE PORTUGAL;
- H. As Partes têm como objetivo reduzir a duplicação de infraestruturas e minimizar o volume de intervenções no subsolo do Concelho de Braga, no âmbito dos respetivos projetos de desenvolvimento de rede, tendo por base a máxima utilização possível da rede de condutas que o MUNICÍPIO venha a deter no futuro.

É reciprocamente acordado e livremente aceite o presente Protocolo de Cooperação constante das seguintes cláusulas:

1. Objeto e Objetivos

- 1.1. O presente Protocolo visa o estabelecimento de uma relação de cooperação entre as Partes tendo em vista a expansão da rede de fibra ótica e de reforço de cobertura de rede móvel no Concelho de Braga e de utilização recíproca das condutas, pertencentes a cada uma delas, e que se encontram instaladas naquele Concelho.
- 1.2. O Presente Protocolo tem por pressuposto os objetivos de interesse público plasmados nos Considerandos supra, a saber: (i) permitir ao MUNICÍPIO desenvolver os seus projetos de interligação em fibra ótica dos edifícios municipais de uma forma mais eficiente e com menores custos, mediante a utilização, sempre que tecnicamente viável, das condutas da ALTICE PORTUGAL e (ii) evitar a duplicação de infraestruturas no Município e reduzir o volume de intervenções no subsolo mediante o recurso, por parte da ALTICE PORTUGAL, às condutas do Município que este venha a deter no futuro.

2. Colaboração da ALTICE PORTUGAL

2.1. No âmbito do presente Protocolo, em matéria de expansão de fibra ótica e de reforço de cobertura da rede móvel, a ALTICE PORTUGAL compromete-se a:

a) Executar, direta e/ou indiretamente até ao final de 2022, a expansão da rede de fibra ótica no Concelho de Braga, de forma a alcançar uma taxa de disponibilidade igual ou superior a 95% do número de fogos do Concelho;

b) Prestar informação ao MUNICÍPIO sobre a evolução do processo de expansão da rede de fibra no Concelho;

c) Executar, direta e/ou indiretamente, até 12 meses após a emissão do licenciamento ou comunicação prévia do Município e das várias entidades competentes, com observância de todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo o pagamento das taxas previstas no Código Regulamentar, a instalação de 21 novas estações base nas freguesias de Braga (São Vítor), Espinho, Pedralva, Adaúfe, Esporões, União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), União das Freguesias de Nogueira, Fraiã e Lamações, União das Freguesias de Nogueiró e Tenões, União das Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe e União das Freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães, de forma a reforçar a cobertura de voz e dados móveis naquelas áreas e envolventes;

d) Colaborar com o MUNICÍPIO em processos de gestão da inovação e partilha de know-how que venham a ser acordados entre as partes.

2.2. No âmbito do presente Protocolo, em matéria de utilização recíproca das condutas, a ALTICE PORTUGAL compromete-se a:

a) Sempre que tecnicamente viável, facultar acesso às suas condutas para que nelas o MUNICÍPIO instale cabos no contexto do desenvolvimento de projetos de interligação em fibra ótica dos edifícios municipais ou de outros projetos de manifesto interesse público;

b) Sempre que tecnicamente viável, facultar o cadastro das suas infraestruturas, quando solicitado pelo MUNICÍPIO, com isenção de qualquer pagamento;

- c) Sempre que não disponha de espaço em condutas próprias, procurar maximizar a utilização das condutas do MUNICÍPIO, por forma a reduzir a duplicação de infraestruturas e a minimizar o volume de intervenções no subsolo do MUNICÍPIO.
- 2.3. Atenta a natureza de interesse público da referida utilização das condutas da ALTICE PORTUGAL pelo MUNICÍPIO, o acesso a tais condutas ficará isento de qualquer contrapartida em dinheiro, tendo assim como única contrapartida o estabelecimento de um princípio de reciprocidade, tal como disposto na Cláusula 3. do presente Protocolo.
- 2.4. A viabilidade de cada pedido de acesso será exclusivamente avaliada pela ALTICE PORTUGAL com total discricionariedade e boa-fé.
- 2.5. A ALTICE PORTUGAL compromete-se a identificar, de forma inequívoca, todos os cabos que instalar nas condutas do MUNICÍPIO.
3. Colaboração do MUNICÍPIO
- 3.1. No âmbito do presente Protocolo, em matéria de expansão de fibra ótica, o MUNICÍPIO compromete-se a:
- a) Agregar e disponibilizar informação à ALTICE PORTUGAL sobre a dinâmica social e empresarial do Concelho de Braga e outras informações públicas que sejam úteis aos processos de tomada de decisão da ALTICE PORTUGAL, no âmbito do objeto deste Protocolo;
- b) Estabelecer procedimentos internos que garantam a agilização dos processos de licenciamento das intervenções na via pública, com vista à expansão da rede de fibra ótica no Concelho de Braga; como manda o princípio da boa administração previsto no artigo 5º do Código do Procedimento Administrativo, aplicável a toda a Administração Pública e a todos os administrados que com ela têm relação.
- c) Colaborar com a ALTICE PORTUGAL em processos de gestão da inovação e partilha de know-how que venham a ser acordados entre as partes.
- 3.2. No âmbito do presente Protocolo, em matéria de utilização recíproca das condutas, o MUNICÍPIO compromete-se a:
- a) Sempre que tecnicamente viável, facultar acesso às suas condutas por parte da ALTICE PORTUGAL ou a empresas pertencentes ao seu Grupo, para que nelas sejam instaladas as redes de

cabos no âmbito dos projetos de desenvolvimento de rede da ALTICE PORTUGAL e de atendimento dos seus clientes;

b) Sempre que viável, facultar o cadastro das suas infraestruturas, quando solicitado pela ALTICE PORTUGAL, nos termos e nas condições previstas na lei e em regulamentos aplicáveis.

3.3. Os acessos acima referidos serão facultados com base no princípio da reciprocidade, pelo que ficarão isentos de qualquer contrapartida em dinheiro, mediante a observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis e sem prejuízo do pagamento que seja devido pela ALTICE PORTUGAL pela utilização e aproveitamento dos bens de domínio municipal, em conformidade com o regime legalmente previsto.

3.4. O MUNICÍPIO compromete-se a identificar, de forma inequívoca, todos os cabos que instalar nas condutas da ALTICE PORTUGAL.

4. Tratamento de informação

4.1. As Partes reconhecem que a informação a disponibilizar ao abrigo do presente Protocolo pode ser confidencial e extremamente sensível, podendo configurar, no caso da informação disponibilizada pela ALTICE PORTUGAL, segredo da vida interna da empresa, pelo que, nessas situações a sua disponibilização estará sujeita ao disposto no artigo 6º, nº 6, da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos. Relativamente a essa informação, o MUNICÍPIO obriga-se a mantê-la confidencial e de acesso restrito aos seus Trabalhadores que dela necessitem por razões de serviço, devendo a sua divulgação a terceiros ser autorizada, prévia e expressamente, pela ALTICE PORTUGAL.

4.2 A obrigação de confidencialidade perdurará para além da sua vigência ou da sua cessação, dentro dos limites legais.

4.3. Para efeitos do disposto nos números anteriores não são considerados terceiros as empresas do grupo da ALTICE PORTUGAL, as entidades subcontratadas pela ALTICE PORTUGAL e as entidades a quem a ALTICE PORTUGAL recorra para a concretização dos compromissos assumidos ao abrigo do presente Protocolo.

4. Dados Pessoais

- 4.1. As Partes obrigam-se a cumprir o disposto na legislação de dados pessoais em vigor em cada momento, nomeadamente, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (“RGPD”).

5. Vigência, Alteração e Denúncia

- 5.1. O presente Protocolo é válido pelo período de 5 (cinco) anos, produzindo efeitos a partir da data da sua assinatura.
- 5.2. O presente Protocolo renova-se por períodos sucessivos de 1 (um) ano, sem prejuízo de poder ser denunciado por qualquer das Partes com a antecedência mínima de 2 (dois) meses, face ao termo inicial ou cada uma das suas renovações.
- 5.3. Caso o presente Protocolo seja denunciado nos termos do número anterior as Partes comprometem-se a negociar as condições a aplicar às ocupações que cada Parte tenha nas condutas da outra no prazo máximo de 1 (um) mês, salvo se, atendendo à especificidade da situação, esse prazo não se mostrar razoável, devendo as Partes acordar num prazo mais dilatado para resolução dessas situações.
- 5.4. O período de vigência previsto na presente cláusula não prejudica o prazo previsto na alínea a) da cláusula 2.1.

6. Incumprimento

- 6.1. O incumprimento de qualquer das obrigações constantes no presente Protocolo implica o direito de resolução do mesmo, sem prejuízo do direito de indemnização das Partes nos termos gerais do direito por danos comprovadamente causados à outra Parte a título de dolo ou culpa grave.

7. Comunicações

- 7.1. Salvo quando a importância da mensagem não requeira forma especial, as comunicações entre as Partes relativamente ao presente Protocolo serão desejavelmente efetuadas por escrito, e dirigidas para os seguintes contactos:

A. MUNICÍPIO

A/C: Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga

Praça do Município 4704-514 Braga

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Telefone: 253 616 060

B. MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.

A/C: CTO

Av. Fontes Pereira de Melo, 38/40

1069 – 300 Lisboa

E-mail:

Telefone: 215 002 000/ 215 000 040

Telefax: 215005115@faxonline.altice-empresas.pt

7.2. As Partes informar-se-ão mutuamente sobre qualquer alteração dos contactos referidos no número anterior.

8. Lei aplicável e foro

8.1. Este Protocolo rege-se pela legislação vigente no ordenamento jurídico português.

8.2. Para a resolução de quaisquer litígios emergentes do presente Protocolo, designadamente quanto à sua interpretação, aplicação, validade, execução, cumprimento e seu termo, as Partes atribuem competência exclusiva ao Tribunal da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

9. Outras disposições

- 9.1. No cumprimento do presente Protocolo, as Partes envidarão os seus melhores esforços para que a cooperação aqui estabelecida seja o mais eficaz possível, para que haja uma comunicação célere e eficiente entre elas visando alcançar os objetivos deste Protocolo, devendo as ações dele decorrentes respeitar sempre a disponibilidade das Partes.
- 9.2. O presente Protocolo poderá ser revisto por acordo das partes, em particular quando, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa.

8/novembro/2022

Pelo MUNICÍPIO DE BRAGA

Pela MEO – SERVIÇOS DE
COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.